

DAESP



INFORMA

SINDICATO UNIFICADO DOS PETROLEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO



RESILIÊNCIA

UM ANO DE RESISTÊNCIA

Um cenário que já se mostrava extremamente desfavorável, devido a um governo explicitamente alinhado ao capital financeiro e às privatizações, tornou-se ainda mais complicado com a chegada da pandemia da covid-19. Uma doença nova, pouco conhecida pela comunidade científica, que afeta principalmente as faixas etárias mais avançadas – além, é claro, das populações mais vulneráveis.

Toda essa complexidade foi agravada ainda mais pela irresponsabilidade do Executivo federal, que tratou um vírus com altíssima taxa de mortalidade em uma simples “gripezinha”. Com isso, uma grande parcela da população, influenciada por esse discurso ou impossibilitada pelos patrões, nunca realizou de fato o isolamento necessário para conter a propagação da doença.

Por outro lado, nós, petroleiros e petroleiras aposentados ou pensionistas, tivemos condições de nos proteger



ACT garantiu três anos sem demissões na Petrobrás

em nossas casas. Entretanto, como efeito colateral, nossa organização ficou prejudicada – além da nossa saúde mental, afetada de forma acentuada pela falta do convívio social com os amigos de longa data.

Mas, como diz o ditado, “petroleiro não desiste nunca” e “não deixa ninguém para trás”. Por isso, temos realizado um esforço grande para manter a comunicação por meio virtual, mesmo que algumas tecnologias sejam ainda estranhas a grande parte de nós.

Em termos de direitos, não apenas os aposentados e pen-

sionistas, como toda a categoria tem tentado resistir com todas as forças às ofensivas da empresa e do governo.

O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), válido para o próximo biênio 2020-2022, ao mesmo tempo que estabeleceu reajuste salarial zero neste ano aos trabalhadores da ativa, garantiu dois anos sem demissões e continuidade da Assistência Médica de Saúde (AMS).

Além disso, apesar das polêmicas envolvendo o Novo Plano de Equacionamento da Petros, que resultou em novos

pagamentos extraordinários ao longo do ano, tudo indica que essa medida leve a uma diminuição do déficit.

Diante disso, desejamos muita saúde, paz, fraternidade e resiliência aos associados e associadas do Departamento de Aposentados (Daesp) do Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo (Sindipetro-SP). Esperamos que não demore muito tempo para voltarmos a confraternizar e nos organizar presencialmente, porque sempre foi nas ruas e nas lutas que nos fortalecemos!

INSCREVA-SE E RECEBA NOSSAS NOTÍCIAS PELO WHATSAPP!



Pela necessidade do isolamento social imposto pelo novo coronavírus, os meios digitais ganharam ainda mais importância.

Por isso, o Sindipetro-SP tem potencializado sua comunicação por meio do site e redes sociais – incluindo o envio de materiais pelo

WhatsApp. Para se cadastrar, basta enviar uma mensagem para o número

(19) 99667 4648.



O que está em jogo é a própria concepção de solidariedade e mutualismo que fundaram a AMS em 1975

O GOLPE CONTINUADO NA AMS

Por Guilherme Weimann

É impossível dissociar as batalhas travadas pelos beneficiários da Assistência Médica de Saúde (AMS) com a conjuntura vigente no país. O que se verifica, na prática, é justamente uma reprodução da política nacional na gestão e nos critérios estabelecidos no plano de saúde dos trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas da Petrobrás. Por isso, assim como o país, a AMS tem sofrido um golpe que se iniciou em 2016 e se arrasta até os dias atuais.

A primeira grande fissura em curso é a retirada da administração do plano do setor de Recursos Humanos (RH) da Petrobrás para uma associação independente – medida aprovada em abril pelo Conselho de Administração de forma unilateral, ou seja, sem consulta aos seus 285 mil beneficiários.

Além disso, houve uma mudança no indexador para os reajustes anuais na Tabela do Grande Risco. Até 2018, as correções eram feitas com base na inflação geral, a partir do IPCA (Índice

Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). A partir deste ano, as revisões estão sendo realizadas com base no VCMH (Variação Custo Médico-Hospitalar).

No acumulado dos últimos 12 meses, o IPCA está em cerca de 4% e o VCMH em 14%. Isso significa que os reajustes na AMS serão muito superiores aos dos salários dos trabalhadores.

Além disso, a empresa passou a realizar cobranças extras para garantir a obrigatoriedade de 30% de custeio do plano por parte dos beneficiários, o que nunca aconteceu antes de 2018. Isso fez com que a relação do custo médio por beneficiário em relação à renda passasse de 0,5%, em 2018, para 1%, em 2020.

Entretanto, a garantia de continuidade da AMS por pelo menos mais dois anos, a partir da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), é uma vitória e um respiro em meio a esse cenário político desfavorável aos trabalhadores. Mesmo assim, novas perdas nas contribuições estão previstas para os próximos anos.

A partir de janeiro 2021, o custeio do plano passa a ser de 60% da Petrobrás e 40% dos trabalhadores. Já em janeiro de 2022, a divisão passa a ser de 50% para a estatal e 50% para os beneficiários, o que onera ainda mais a folha salarial dos petroleiros.

Neste momento, uma das lutas que deve ser encampada por toda a categoria é o enfrentamento à Resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), que altera o modelo de custeio dos planos, proíbe novos contratados e determina cobrança por faixa etária, prejudicando os mais idosos.

O que está em jogo, com isso, são as próprias concepções de solidariedade e mutualismo que fundaram a AMS em 1975. Por isso, a batalha pela manutenção desses preceitos básicos se confunde com a própria luta pela continuidade do plano, que se encontra, atualmente, a caminho da UTI.